

COACHING ESPECÍFICO PARA AFT 2015

SÓ PRA QUEM AGUENTA

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES SOBRE O EDITAL DE AFT/MTE - 2013

Ola guerreiros e guerreiras,

Tudo bem com vocês?

Bem-vindos ao nosso Coaching Intensivo para o concurso de AFT/TEM 2015.

O último edital de AFT foi lançado em 2013. A banca, diferentemente dos concursos pretéritos, foi o CESPE.

A banca do próximo edital ainda é uma incógnita, mas por enquanto vamos apostar no CESPE, pois foi quem pariu o último filho.

Toda a história, estatísticas, editais e provas do último concurso da carreira de AFT podem ser consultados nos sites do Ministério do Trabalho e Emprego e do CESPE, nos links abaixo:

<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>

http://www.cespe.unb.br/concursos/MTE_2013/

Algumas matérias cobradas tradicionalmente no concurso formam o núcleo duro do certame de AFT, e apostamos que isso não será alterado no próximo concurso:

- 1 - LÍNGUA PORTUGUESA**
- 2 - RACIOCÍNIO LÓGICO**
- 3 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA**
- 4 - DIREITO CONSTITUCIONAL**
- 5 - DIREITO ADMINISTRATIVO**
- 6 - ECONOMIA DO TRABALHO**
- 7 - DIREITO DO TRABALHO**
- 8 - LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA**
- 9 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**

No último concurso de 2013 tivemos ainda, em relação ao concurso de 2010, a inclusão de matérias que na minha opinião vieram para ficar. Não consigo visualizar o próximo concurso sem a inclusão dessas disciplinas:

- 10 - DIREITOS HUMANOS**
- 11 - AUDITORIA**
- 12 - SEGURIDADE SOCIAL**
- 13 - LEGISLAÇÃO DO TRABALHO**
- 14 - CONTABILIDADE GERAL**

As duas disciplinas listadas adiante também foram novidades no último concurso AFT, mas sempre aconselho que elas sejam estudadas após o Edital, caso elas venham a cair de novo. Claro que para posteriorizar o estudo é importante que o aluno já tenha tido algum contato ou alguma noção.

15 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
16 – INFORMÁTICA

A fase objetiva com as respectivas disciplinas objetos de cobrança do último concurso está consolidada no quadro a seguir:

PROVA OBJETIVA:

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	DISCIPLINAS	NÚMERO DE ITENS/QUESTÕES	% PROVA OBJETIVA
(P1) Objetiva	Conhecimentos Básicos	LÍNGUA PORTUGUESA	26	12%
		RACIOCÍNIO LÓGICO	15	7%
		DIREITOS HUMANOS	22	10%
		ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA	22 (8 Geral + 14 Púb)	10%
		NOÇÕES DE INFORMÁTICA	15	7%
		Total P1	100 itens	46%
(P2) Objetiva	Conhecimentos Específicos	DIREITO CONSTITUCIONAL	7	3%
		DIREITO ADMINISTRATIVO	7	3%
		AUDITORIA	10	4,5
		ECONOMIA DO TRABALHO	12	5,5
		CONTABILIDADE GERAL	15	7%
		SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	24	11%
		SEGURIDADE SOCIAL	18	8%
		LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
		DIREITO DO TRABALHO	27	12%
		LEGISLAÇÃO DO TRABALHO		
		Total P2	120	54%
		Total Geral (P1+P2)	220 itens	100%

Um detalhe é que não houve a distribuição de pesos. Todas as disciplinas tiveram a mesma importância, com atenção especial para aquelas que também foram objeto de prova discursiva. Temos que ter cuidado ainda para não vacilarmos na pontuação mínima exigida para o conjunto de disciplinas das Provas P1 e P2. Vejamos o que diz o último Edital:

"9.10.4 Será reprovado nas provas objetivas e eliminado do concurso público o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos itens a seguir:

- a) *obtiver nota inferior a 20,00 pontos na prova objetiva de Conhecimentos Básicos P1;*
- b) *obtiver nota inferior a 36,00 pontos na prova objetiva de Conhecimentos Específicos P2;*
- c) *obtiver nota inferior a 66,00 pontos no conjunto das provas objetivas."*

Nobre amigo, o último edital foi aberto com 100 vagas imediatas, e resultaram, ao final do concurso, em exatos 101 aprovados. A intenção do Ministério do Trabalho e Emprego era que fossem classificados 150 candidatos. Assim, poderiam brigar para que fossem chamados os 50% candidatos excedentes, conforme permitido em lei. No entanto, a prova discursiva veio pesada. Participaram dessa etapa 285 candidatos da ampla concorrência, sobrevivendo 101 ao final.

O certame constou de 3 fases:

1ª - Provas Objetivas (domingo de manhã e à tarde) – Caráter Eliminatório e Classificatório;

2ª - Provas Discursivas (domingo de manhã e à tarde) – Caráter Eliminatório e Classificatório;

3ª - Sindicância de vida progressa – Caráter Eliminatório.

Vamos a partir de agora fazer uma análise detalhada das fases 1 e 2.

1ª FASE – PROVA OBJETIVA : máximo de 220 pontos e mínimo de 56 pontos.

PROVA OBJETIVA

Uma característica interessante deste certame, conforme as notas dos aprovados nos concursos anteriores, é que os candidatos aprovados não costumam dar mole nas matérias básicas. Acredito que isso seja em razão desse concurso ser um dos mais procurados dentre as carreiras Tops da Administração Pública, como são os da RFB, CGU, TCU etc. Assim, muitos candidatos já trazem uma certa bagagem em razão da caminhada que já vem percorrendo. Vamos iniciar os preparativos com antecedência para chegarmos a ponto de bala na época do Edital.

Em razão disso, eu acredito que as matérias básicas não podem ser menosprezadas de maneira alguma, ainda mais porque temos um bom tempo de preparação até prova propriamente dita. As matérias específicas nem se fala!

Particularmente, considero que o concurso de 2013, no geral, teve uma prova objetiva num nível razoável, não muito difícil, o que levou a uma nota de corte, para ir para a 2ª fase (discursivas), de 57% (126 de 220 pontos disputados). O concurso contou com 48.035 inscritos para 100 vagas (480,35 candidatos disputando uma vaga).

CONHECIMENTOS BÁSICOS

PORTUGUÊS – 26 itens.

1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3 Domínio da ortografia oficial. 3.1 Emprego das letras. 3.2 Emprego da acentuação gráfica. 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual. 4.2 Emprego/correlação de tempos e

modos verbais. 5 Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.2 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.3 Emprego dos sinais de pontuação. 5.4 Concordância verbal e nominal. 5.5 Emprego do sinal indicativo de crase. 5.6 Colocação dos pronomes átonos. 6 Reescritura de frases e parágrafos do texto. 6.1 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.2 Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 7 Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1 Adequação da linguagem ao tipo de documento. 7.2 Adequação do formato do texto ao gênero.

O português do CESPE sempre prioriza a interpretação de textos, regra geral. Você pode saber pouco de gramática, mesmo assim vai conseguir resolver muitos itens da prova baseando-se em intuição e na sua bagagem. O esquema é resolver inúmeras provas anteriores. Atenção especial ao tema "redação oficial", presente na maioria das provas do CESPE. Deve ser considerado tempo diferente na distribuição do período da prova, uma vez que cada questão de português demanda, em média, mais tempo do que as demais disciplinas por trazerem interpretação de longos textos.

RACIOCÍNIO LÓGICO – 15 itens.

1 Estruturas lógicas. 2 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. 3 Lógica sentencial (ou proposicional). 3.1 Proposições simples e compostas. 3.2 Tabelas-verdade. 3.3 Equivalências. 3.4 Leis de De Morgan. 3.5 Diagramas lógicos. 4 Lógica de primeira ordem. 5 Princípios de contagem e probabilidade. 6 Operações com conjuntos. 7 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

Essa é uma matéria para nos ajudar a ganhar preciosos pontos. Gosto dessa matéria. Vamos ajudar aqueles que tem dificuldade a chegar num bom nível até a prova. O número de questões (15) faz toda a diferença na pontuação final. Por isso é muito importante estudar bastante a matéria. Se a banca manter o nível de dificuldade da última prova, que não foi tão difícil, é importante tentar acertar pelo menos 90% da prova.

DIREITOS HUMANOS – 22 itens.

1 Teoria geral dos direitos humanos. 1.1 Conceito, terminologia, estrutura normativa, fundamentação. 2 Afirmção histórica dos direitos humanos. 3 Direitos humanos e a responsabilidade do Estado. 4 Direitos humanos na Constituição Federal. 5 Documentos históricos brasileiros. 6 Institucionalização dos direitos e garantias fundamentais. 7 Política nacional de direitos humanos. 8 Programas nacionais de direitos humanos. 9 Globalização e direitos humanos. 10 A proteção internacional dos direitos humanos. 11 Fundamentos dos direitos humanos. 12 Características dos direitos humanos no direito internacional. 13 Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. 14 As três vertentes da proteção internacional da pessoa humana. 14.1 Direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados. 15 A interligação entre o direito internacional e o direito interno na proteção dos direitos humanos. 16 A Constituição brasileira e os tratados internacionais de direitos humanos. 17 Sistema internacional de proteção dos direitos humanos. 18 Universalismo

e relativismo cultural. 18.1 Precedentes históricos. 19 O sistema da liga das nações. 20 A Organização Internacional do Trabalho (OIT). 21 Instrumentos internacionais de direitos humanos. 22 O núcleo de direito internacional dos direitos humanos. 22.1 Carta das Nações Unidas. 22.2 Declaração universal de direitos humanos. 22.3 Pacto internacional de direitos civis e políticos. 22.4 Pacto internacional de direitos econômicos, sociais e culturais. 22.5 Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. 22.6 Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. 22.7 Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. 22.8 Convenção sobre os direitos da criança. 22.9 Convenção internacional sobre a proteção de direitos de todos os migrantes trabalhadores e membros de suas famílias. 23 Os limites dos direitos humanos na ordem internacional. 24 A natureza objetiva da proteção internacional dos direitos humanos. 25 Mecanismos de proteção contra as violações de direitos humanos. 26 Responsabilidade internacional em matéria de direitos humanos. 27 Regra do esgotamento dos recursos internos na proteção dos direitos humanos. 28 Mecanismo unilateral e mecanismo institucional ou coletivo. 29 A proteção dos direitos humanos na ONU. 29.1 Sistemas convencional e extraconvencional da ONU. 30 Sistema europeu de direitos humanos. 31 Sistema interamericano de direitos humanos. 31.1 Comissão interamericana de direitos humanos e corte interamericana de direitos humanos. 31.2 Proteção dos direitos humanos no Mercosul. 32 Responsabilidade internacional dos estados por violações de direitos sociais, econômicos e culturais. 33 Mecanismos coletivos e afirmação do indivíduo como sujeito de direito internacional. 34 Implementação das decisões de responsabilização internacional do Estado por violação de direitos humanos. 35 Instrumentos e Normas Internacionais de Direitos Humanos. 35.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução Assembleia ONU de 10.12.1948). 35.2 Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 27, em 25.09.1992 e promulgada pelo Decreto nº 678, de 06.11.1992). 36 A Auditoria Fiscal do Trabalho como agente de proteção e concretização dos direitos fundamentais dos trabalhadores. 36.1 Segurança e Saúde no Trabalho. 36.2 Combate à redução análoga ao trabalho escravo. 36.3 Discriminação e ações afirmativas. 36.4 Direitos da mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso. 36.5 Direito das Pessoas com Deficiência. 37 Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009 – Eixos Orientadores II e III).

Não tenho dúvidas que a disciplina Direitos Humanos vai se repetir no próximo concurso. Além do cenário atual que tanto se discute a respeito do assunto, trata-se de uma disciplina inerente ao perfil e às atividades da carreira de Auditor Fiscal do Trabalho. O conteúdo presente do Edital é extenso, mas muitos assuntos são intuitivos, com leitura e aprendizagem agradáveis. Também foi objeto de cobrança em uma das questões da prova discursiva que valia 20 pontos. A bibliografia a ser estudada fará toda a diferença. Atenção aqui, hein!

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA – 24 itens (8 Adm Geral + 14 Adm Pub)

1 Evolução da administração. 1.1 Principais abordagens da administração (clássica até contingencial). 1.2 Evolução da administração pública no Brasil (após 1930); reformas administrativas; a nova gestão pública. 2 Processo administrativo. 2.1 Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle. 2.2 Processo de planejamento. 2.2.1 Planejamento estratégico: visão, missão e análise SWOT. 2.2.2 Análise competitiva e estratégias genéricas. 2.2.3 Redes e alianças. 2.2.4 Planejamento tático. 2.2.5 Planejamento operacional. 2.2.6 Administração por objetivos. 2.2.7 Balanced scorecard. 2.2.8 Processo decisório. 2.3 Organização. 2.3.1 Estrutura organizacional. 2.3.2 Tipos de departamentalização: características, vantagens e desvantagens de cada tipo. 2.3.3 Organização informal. 2.3.4 Cultura organizacional. 2.4 Direção. 2.4.1 Motivação e liderança. 2.4.2 Comunicação. 2.4.3 Descentralização e delegação. 2.5 Controle. 2.5.1 Características. 2.5.2 Tipos, vantagens e desvantagens. 2.5.3 Sistema de medição de desempenho organizacional. 3 Gestão de pessoas. 3.1 Equilíbrio organizacional. 3.2 Objetivos, desafios e características da gestão de pessoas. 3.3 Gestão por Competências 3.3.1 Objetivos, características e vantagens. 3.4 Gestão de desempenho. 4 Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial. 4.1 Principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade. 4.2 Ferramentas de gestão da qualidade. 4.3 Modelo da fundação nacional da qualidade. 4.4 Modelo de gpublica. 5 Gestão de projetos. 5.1 Elaboração, análise e avaliação de projetos. 5.2 Principais características dos modelos de gestão de projetos. 5.3 Projetos e suas etapas. 6 Gestão de processos. 6.1 Conceitos da abordagem por processos. 6.2 Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. 6.3 Noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos. 7 Legislação administrativa. 7.1 Administração direta, indireta, e fundacional. 7.2 Atos administrativos. 7.3 Requisição. 8 Orçamento público. 8.1 Princípios orçamentários. 8.2 Diretrizes orçamentárias. 8.3 Processo orçamentário. 8.4 Métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público; normas legais aplicáveis. 8.5 Receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa. 8.6 Despesa pública: categorias, estágios. 8.7 Suprimento de fundos. 8.8 Restos a pagar. 8.9 Despesas de exercícios anteriores. 8.10 A conta única do Tesouro. 9 Ética no serviço público. 9.1 Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994). 9.2 Código de Ética dos agentes públicos do MTE (Portaria/MTE nº 2.973/2010). 9.3 Comportamento profissional; atitudes no serviço; organização do trabalho; prioridade em serviço; 10 Conflito de interesses. 10.1 Lei nº 12.813/2013.

Acho quase impossível desvincular a matéria de Administração Geral da matéria Administração Pública. Ambas caminham juntas e assim foram cobradas. Caso o aluno já tenha estudado a matéria Administração Geral para outros certames e considere que não tem maiores dificuldades com ela, considero uma boa tática deixar para estudá-la somente após o edital. Aqui cabe um ponto de extremo alerta: o assunto específico **"Gestão de projetos"** foi objeto de prova discursiva numa questão valendo 20 pontos.

A matéria de Administração Pública é bastante vasta, e envolve conteúdos de Administração Financeira e Orçamentária e Contabilidade Pública. Perceba que tivemos

um número razoável de itens cobrados. Acho justo iniciarmos com antecedência o estudo dessa disciplina.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA – 15 itens.

1 Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows). 2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e BrOffice). 3 Redes de computadores. 3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. 3.2 Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome e similares). 3.3 Programas de correio eletrônico (Outlook Express, Mozilla Thunderbird). 3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet. 3.5 Grupos de discussão. 3.6 Redes sociais. 4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. 5 Segurança da informação. 5.1 Procedimentos de segurança.

O último concurso nos deu alguns pontos de bandeja nessa disciplina (minha opinião). A maioria dos candidatos aprovados consideraram essa prova relativamente fácil. Da mesma forma que sugeri para a matéria de Administração Geral, caso o aluno já tenha noções e considere que não tem maiores dificuldades com essa matéria, considero uma boa tática deixar para estudá-la somente após o edital.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – 14 itens.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1 Princípios fundamentais. 2 Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2 Normas programáticas. 3 Direitos e garantias fundamentais. 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. 3.2 Direitos Fundamentais do Trabalho na Constituição de 1988. 3.2.1 Sistema Estatal de Proteção. 3.2.2 Inspeção do Trabalho. 3.2.3 Justiça do Trabalho e Ministério Público do Trabalho. 4 Organização político-administrativa do Estado. 4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 5 Administração Pública. 5.1 Disposições gerais, servidores públicos. 6 Poder Executivo. 6.1 Atribuições e responsabilidades do Presidente da República. 7 Poder Legislativo. 7.1 Estrutura. 7.2 Funcionamento e atribuições. 7.3 Processo legislativo. 7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.5 Comissões parlamentares de inquérito. 8 Poder Judiciário. 8.1 Disposições gerais. 8.2 Órgãos do Poder Judiciário. 8.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 8.2.1.1 Composição e competências. 9 Funções essenciais à Justiça. 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública. 9.2 Defensoria Pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios. 2 Direito administrativo: conceito, fontes e princípios. 3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Invalidação, nulção e revogação. 3.3 Prescrição. 4 Agentes administrativos. 4.1 Investidura e exercício da função pública. 4.2 Direitos e deveres dos funcionários públicos; regimes jurídicos. 4.3 Processo administrativo: conceito, princípios, fases e modalidades. 4.4 Lei nº 8.112/1990 e alterações. 5 Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar regulamentar. 6 Princípios básicos da administração. 6.1 Responsabilidade civil da administração: evolução doutrinária e reparação do dano. 6.2 Enriquecimento ilícito e uso e abuso de poder. 6.3 Improbidade administrativa: sanções penais e civis – Lei nº 8.429/1992 e alterações. 7 Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação, formas e competência de prestação. 8 Organização administrativa. 8.1 Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. 8.2 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9 Controle e responsabilização da administração. 9.1 Controle administrativo. 9.2 Controle judicial. 9.3 Controle legislativo. 9.4 Responsabilidade civil do Estado.

Esses dois Direitos da CESPE costumavam envolver o conhecimento amplo da CF/88 e das leis relacionadas ao direito administrativo. Porém, em suas provas mais recentes, o CESPE está esbanjando a cobrança de jurisprudência dos tribunais, mais especificamente do STF e STJ.

Eu julgo ser importante saber bem as duas matérias, em todas as suas vertentes: LEIS SECAS + DOCTRINA + JURISPRUDÊNCIA ATUALIZADA. Apesar de terem sido cobrados poucos itens na última prova objetiva, vale destacar que são disciplinas que fatalmente serão objeto de prova discursiva.

AUDITORIA – 10 itens.

1 Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna: independência, competência profissional, âmbito do trabalho, execução do trabalho e administração do órgão de auditoria interna. 2 Auditoria no setor público federal. 2.1 Finalidades e objetivos da auditoria governamental. 2.2 Abrangência de atuação. 2.3 Formas e tipos. 2.4 Normas relativas à execução dos trabalhos. 2.5 Normas relativas à opinião do auditor. 2.6 Relatórios e pareceres de auditoria. 2.7 Operacionalidade. 3 Objetivos, técnicas e procedimentos de auditoria: planejamento dos trabalhos. 3.1 Programas de auditoria. 3.2 Papéis de trabalho. 3.3 Testes de auditoria. 3.4 Amostragem estatística em auditoria. 3.5 Eventos ou transações subsequentes. 3.6 Revisão analítica. 3.7 Entrevista. 3.8 Conferência de cálculo. 3.9 Confirmação. Interpretação das informações. 3.10 Observação. 3.11 Procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis.

Essa é umas das disciplinas que veio para ficar! Me espanto quando vejo algum concurso de Auditor não cobrar a dita cuja. Incoerência total! Isso aconteceu no

concurso de 2010 promovido pela ESAF. O bom de constar no nosso conteúdo programático é que também se trata de uma matéria bem intuitiva, de fácil assimilação. A aplicação prática da matéria também é intensa no exercício das atribuições do cargo. Digo isso com total conhecimento de causa. Mas vamos deixar a praticidade pra depois da posse. A nossa finalidade por enquanto é matar questão e ver como isso é cobrado em provas. O objetivo é acertar 90% dessa disciplina.

ECONOMIA DO TRABALHO – 12 itens.

1 Economia do trabalho. 1.1 Conceitos básicos e definições. 1.2 População e força de trabalho. 1.3 População economicamente ativa e sua composição: empregados, subempregos e desempregados. 1.4 Rotatividade da Mão-de-obra. 1.5 Indicadores do mercado de trabalho. 1.6 Mercado de trabalho formal e informal. 2 O mercado de trabalho. 2.1 Demanda por trabalho: o modelo competitivo e modelos não competitivos, as decisões de emprego das empresas, custos não salariais, elasticidades da demanda. 2.2 Oferta de trabalho: a decisão de trabalhar e a opção renda x lazer, a curva de oferta de trabalho, elasticidades da oferta. 2.3 O equilíbrio no mercado de trabalho. 3 Os diferenciais de salário. 3.1 Diferenciação compensatória. 3.2 Capital Humano: educação e treinamento. 3.3 Discriminação no mercado de trabalho. 3.4 Segmentação no mercado de trabalho. 4 Desemprego. 4.1 A taxa natural de desemprego. 4.2 Tipos de desemprego e suas causas. 4.3 Salário eficiência e modelos de procura de emprego. 5 Instituições e mercado de trabalho. 5.1 A intervenção governamental: política salarial e políticas de emprego. 5.2 Assistência ao desemprego. 5.3 Modelos tradicionais sobre o papel dos sindicatos e modelo de preferência salarial. 5.4 Sindicato: monopólio bilateral e monopsônio. 6 O mercado de trabalho no Brasil.

Essa matéria foi o bicho papão do último concurso, considerada a mais complicada do edital e da prova também. Em que pese envolver uma amplitude de conteúdo não muito grande, alguns conceitos são complexos. O CESPE pode cobrar o que quiser, pois os tópicos são muito soltos. A tática aqui é estudar um material que consolide todos os conteúdos, e utilizar bibliografias de consulta, resolvendo vários exercícios da banca todas as provas nas quais foi cobrada a disciplina. Aqui os candidatos que já tenham tido algum contato com a matéria Microeconomia saem na frente, pois muitos dos conceitos abordados são similares. Vale ressaltar que a matéria também foi objeto de prova discursiva numa questão valendo 20 pontos.

CONTABILIDADE GERAL – 15 itens.

1 Lei nº 6.404/1976, suas alterações e legislação complementar. 1.1 Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2 Princípios fundamentais de contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC - por meio da Resolução do CFC nº 750/1993, atualizada pela Resolução CFC nº 1.282/2010). 3 Patrimônio: componentes patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido). 4 Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. 5 Contas patrimoniais e de resultado. 5.1

Apuração de resultados. 5.2 Plano de contas. 6 Funções e estrutura das contas. 7 Análise econômico-financeira. 7.1 Indicadores de liquidez. 7.2 Indicadores de rentabilidade. 7.3 Indicadores de lucratividade. 7.4 Análise vertical e horizontal. 8 Efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas. 9 Avaliação e contabilização de itens patrimoniais e de resultado de investimentos societários no país. 10 Destinação de resultado. 11 Custos para avaliação de estoques. 12 Custos para tomada de decisões. 13 Sistemas de custos e informações gerenciais. 14 Estudo da relação custo versus volume versus lucro. 15 Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária, pelos princípios fundamentais da contabilidade e pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 15.1 Demonstração dos fluxos de caixa (métodos direto e indireto). 15.2 Balanço patrimonial. 15.3 Demonstração do resultado do exercício. 15.4 Demonstração do valor adicionado. 16 Fusão, cisão e incorporação de empresas. 17 Consolidação de demonstrações contábeis. 18 Tributos recuperáveis.

Galera, aqui não tem pra onde correr. Da mesma forma que a matéria Auditoria, acho imprescindível e justo que essa matéria esteja no nosso Edital. Também gostei da distribuição de itens para essa disciplina. Perceba que o conteúdo é enxuto se compararmos com outros certames da área fiscal. Assim, temos condições de arrochar até a data da prova. O principal método a ser utilizado será a prática exaustiva de exercícios. A abordagem do concurso último AFT para essa disciplina não foi difícil.

SEGURIDADE SOCIAL E LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – 18 itens.

SEGURIDADE SOCIAL: 1 Seguridade Social: origem e evolução no Brasil; conceituação; organização e princípios constitucionais. 2 Regime Geral da Previdência Social: beneficiário, benefícios e custeio. 3 Salário-de-contribuição: conceito, parcelas integrantes e excluídas, limites mínimo e máximo; salário-base, enquadramento, proporcionalidade e reajustamento. 4 Planos de benefícios da previdência social: espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas, períodos de carência, salário-de-benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor do benefício. 5 PIS/PASEP. 6 Legislação acidentária. 6.1 Regulamento do seguro de acidentes do trabalho (urbano e rural). 6.2 Moléstia profissional. 7 Microempreendedor individual.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA: 1 Legislação Previdenciária: conteúdo; fontes e autonomia. (Lei nº 8.212/1991 - Títulos I a V, Título VI - Introdução e Capítulo I e Título VIII; Lei nº 8.213/1991). 2 Regulamento da Previdência Social. 2.1 Decreto nº 3.048/1999 e alterações.

As duas disciplinas são estudadas obrigatoriamente em conjunto. O conteúdo não é extenso e trazem assuntos de fácil entendimento. Veja que os assuntos abordam princípios, espécies e classificações de benefícios, tipos de custeio, períodos de carências, etc. Especialmente no caso dessas disciplinas, sugiro que sejam elaborados resumos, esquemas ou mapas mentais.

Pessoal, as últimas disciplinas que vamos abordar são o filé do concurso:

DIREITO DO TRABALHO E LEGISLAÇÃO DO TRABALHO – 27 itens.

DIREITO DO TRABALHO:

1 Princípios e fontes do direito do trabalho. 2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (artigo 7º da Constituição Federal de 1988). 3 Relação de trabalho e relação de emprego. 3.1 Requisitos e distinção. 3.2 Relações de trabalho lato sensu (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso). 4 Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu. 4.1 Empregado e empregador (conceito e caracterização). 4.2 Poderes do empregador no contrato de trabalho. 5 Grupo econômico. 5.1 Sucessão de empregadores. 5.2 Responsabilidade solidária. 6 Contrato individual de trabalho. 6.1 Conceito, classificação e características. 7 Alteração do contrato de trabalho. 7.1 Alteração unilateral e bilateral. 7.2 O jus variandi. 8 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 8.1 Caracterização e distinção. 9 Rescisão do contrato de trabalho. 9.1 Justa causa. 9.2 Rescisão indireta. 9.3 Dispensa arbitrária. 9.4 Culpa recíproca. 9.5 Indenização. 10 Aviso prévio. 11 Estabilidade e garantias provisórias de emprego. 11.1 Formas de estabilidade. 11.2 Despedida e reintegração de empregado estável. 12 Duração do trabalho. 12.1 Jornada de trabalho. 12.2 Períodos de descanso. 12.3 Intervalo para repouso e alimentação. 12.4 Descanso semanal remunerado. 12.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário. 12.6 Sistema de compensação de horas. 13 Salário mínimo. 13.1 Irredutibilidade e garantia. 14 Férias. 14.1 Direito a férias e sua duração. 14.2 Concessão e época das férias. 14.3 Remuneração e abono de férias. 15 Salário e remuneração. 15.1 Conceito e distinções. 15.2 Composição do salário. 15.3 Modalidades de salário. 15.4 Formas e meios de pagamento do salário. 15.5 13º salário. 16 Equiparação salarial. 16.1 Princípio da igualdade de salário. 16.2 Desvio de função. 17 FGTS. 18 Prescrição e decadência. 19 Proteção ao trabalho da mulher. 19.1 Estabilidade da gestante. 19.2 Licença maternidade. 20 Direito coletivo do trabalho. 20.1 Convenção nº 87 da OIT (liberdade sindical). 20.2 Organização sindical. 20.3 Conceito de categoria. 20.4 Categoria diferenciada. 20.5 Convenções e acordos coletivos de trabalho. 21 Direito de greve e serviços essenciais. 22 Comissões de conciliação prévia. 23 Renúncia e transação. 24 Combate ao trabalho infantil e às condições análogas à de escravidão. 25 Regulamento da Inspeção do Trabalho. 25.1 Lei nº 10.593/2002. 25.2 Lei nº 11.890/2008. 25.3 Decreto nº 4.552/2002. 26 Trabalho Doméstico. 27 Trabalho Portuário. 28 Aprendizagem Profissional. 28.1 Lei nº 10.097/2000. 28.2 Decreto nº 5.598/2005. 29 Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO:

1 Consolidação das Leis do Trabalho – CLT - Títulos I e II. 2 Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria MTb nº 3.214, de 08/06/1978.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO – 24 itens.

1 Segurança e saúde no trabalho nos diplomas legais vigentes no país: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 2 Normas Internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT). 2.1 Convenção nº 81 – Inspeção do Trabalho (Decreto nº 95.461/1987). 2.2 Convenção nº 139 – Prevenção e controle de riscos profissionais causados por substâncias ou agentes cancerígenos (Decreto nº 157/1991). 2.3 Convenção nº 148 – Proteção dos Trabalhadores contra os riscos profissionais devidos à contaminação do ar, ao ruído, às vibrações no local de trabalho (Decreto nº 93.413/1986). 2.4 Convenção nº 155 – Segurança de Saúde dos Trabalhadores (Decreto nº 1.254/1994). 2.5 Convenção nº 161 – Serviços de Saúde do Trabalho (Decreto nº 127/1991). 3 Doenças ocupacionais, acidente do trabalho e conduta médico-pericial. 3.1 Conceito e epidemiologia. 3.2 Impacto do trabalho sobre a saúde e segurança dos trabalhadores. 3.3 Indicadores de saúde–doença dos trabalhadores. 3.4 Situação atual da saúde dos trabalhadores no Brasil. 3.5 Patologia do trabalho. 3.6 Conduta pericial. 3.7 Normas Técnicas das LER/DORT. 4 Segurança e medicina no trabalho. 4.1 CIPA. 4.2 Atividades insalubres ou perigosas. 5 Proteção ao trabalho do menor. 6 Proteção ao trabalho da mulher.

São as disciplinas mais importantes para o concurso com grande número de questões e presença certa nas discursivas. De acordo com os dados do último concurso tivemos 51 itens abrangendo essas matérias na prova objetiva. Na prova discursiva elas foram objeto de 80 pontos disputados (40 em 2 questões discursivas + 40 na peça técnica). Importante reservar parte do estudo especificamente para teoria e resumos a fim de consolidar bem o aprendizado. O conteúdo é extenso, porém nada de complexo.

Por fim, essas disciplinas são a essência do trabalho do Auditor Fiscal do Trabalho. Assim como os Direitos Constitucional e Administrativo, julgo importante saber bem essas matérias, em todas as suas vertentes: LEIS SECAS (incluindo as NRs até a exaustão) + DOCTRINA + JURISPRUDÊNCIA ATUALIZADA (especialmente TST e STF).

2ª FASE - PROVA DISCURSIVA: máximo de 200 pontos, e mínimo de 60.

PROVA DISCURSIVA

Foi nessa fase que o bicho pegou!! Tivemos 288 candidatos habilitados na prova objetiva para a realização dessa 2ª fase do concurso. No resultado preliminar dessa fase discursiva tivemos 77 candidatos classificados, número aquém das 100 vagas ofertadas. Após a fase de recursos tivemos uma relação final com 101 guerreiros aprovados.

A fase discursiva com as respectivas disciplinas objetos de cobrança do último concurso está consolidada no quadro a seguir:

PROVA DISCURSIVA:

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE ITENS/QUESTÕES	PONTOS	% PROVA OBJETIVA
-------------------	-----------------------------	---------------------------------	---------------	-------------------------

(P3) Discursiva	Direitos Humanos e (ou) Economia do Trabalho e (ou) Direito Constitucional e (ou) Direito Administrativo	3 questões discursivas (em até 20 linhas, valendo 20 pontos cada questão)	60 (20/Questão)	30%
		1 dissertação (em até 30 linhas, valendo 40)	40	20%
		Total de Pontos P3	100	50%
(P4) Discursiva	Gestão de Projetos e (ou) Direito do Trabalho e (ou) Segurança e Saúde no Trabalho	3 questões situações-problema (em até 20 linhas, valendo 20 pontos cada questão)	60 (20/Questão)	30%
		1 parecer técnico (em até 60 linhas, valendo 40 pontos)	40	30%
	-	Total de Pontos P4	100	50%
		Total Geral (P3+P4)	200	100

Assim como nas provas objetivas P1 e P2, o candidato deve atentar para a pontuação mínima exigida nas provas discursivas P3 e P4:

"10.9.5.8 Será reprovado nas provas discursivas e eliminado do concurso público o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos itens a seguir:

- a) obtiver nota inferior a 30,00 pontos no conjunto das três questões discursivas da prova discursiva P3;*
- b) obtiver nota inferior a 30,00 pontos no conjunto das três questões discursivas da prova discursiva P4;*
- c) obtiver nota inferior a 20,00 pontos na dissertação da prova discursiva P3.*
- d) obtiver nota inferior a 20,00 pontos no parecer técnico da prova discursiva P4."*

Pessoal, para se preparem para a prova discursiva o Auditor Fiscal Patrik Loz está com o curso de discursiva em andamento e a todo o vapor, aqui mesmo no site Supremacia Concursos. Vale a pena se preparar com antecedência para não bater o desespero lá na frente.

Para o concurso vindouro, o processo de autorização em trâmite no MPOG solicita a autorização para o preenchimento de 800 vagas.

Na pior das hipóteses, presumo que será autorizado um número maior de vagas do que no último certame. Aquelas 100 vaguinhas e sem excedentes "não deu nem pro cheiro!" .

Além disso, o número alarmante de cargos vagas na carreira já beira os 1.000. Há uma forte demanda reprimida por novos Auditores Fiscais no Ministério do Trabalho e Emprego. Outro ponto positivo é que Sindicato do Auditores Fiscais (SINAIT) vem demonstrando uma atuação bem ativa para a melhoria da carreira e para a realização imediata do novo concurso. Me senti representado por esse sindicato pela belíssima iniciativa ao protocolar em 19/03/2014 junto à OIT, documento que denuncia o governo brasileiro por falta de Auditores. Veja a matéria no link a seguir:

<https://www.sinait.org.br/?r=site/noticiaView&id=9099>

Também tivemos recentes manifestações e brigas pelo novo concurso e contra a precarização da fiscalização trabalhista:

http://sinait.enviodecampanhas.net/ver_mensagem.php?id=H|266|207311|141562962256149000

<https://www.sinait.org.br/?r=site/noticiaView&id=10700>

Em razão da forte pressão, eu acredito em Edital na praça ainda no 2º semestre desse ano.

Não acredito que ocorrerão mudanças significativas em relação ao edital passado, já que o mesmo é de 2013, recente.

O importante é estudar com antecedência as matérias do edital anterior buscando estabelecer um excelente percentual de acertos e deixar para estudar as novidades após o edital.

ESTATÍSTICAS DO ÚLTIMO CERTAME

48.035 inscritos para 100 vagas (480,35/ vaga)

NOTAS DOS APROVADOS NO CONCURSO DE AFT/MTE DE 2013
Nota de corte das provas objetivas, para ir para a segunda fase: 126 pontos em 220 possíveis, ou 57,27% (288 candidatos foram para a discursiva)
Nota de corte do último aprovado (objetiva+discursivas): 251,29 pontos em 420,00 possíveis, ou 59,83% (101 foram aprovados na relação final)

Vejam também a minha aula demonstrativa para o Coaching AFT 2015.

Aguardo vocês!

Grande abraço

Prof. Kleber Peteá



Email: kleberpetea@supremaciaconcursos.com.br

Obs: Antes de se inscrever no curso retire todas as suas dúvidas pelo email indicado.

SUPREMACIA CONCURSOS